



ANÁLISE DOS TRABALHOS PUBLICADOS NO ENEQ SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Lucas Bená de Oliveira

Universidade Federal de Itajubá, *d2020011669@unifei.edu.br*

Denise Pereira de Alcantara Ferraz

Instituição do autor, *deferraz@unifei.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

Vigotski, ao desenvolver a teoria Histórico-Cultural, evidencia que a forma como a deficiência é significada depende do percurso histórico e da cultura da sociedade em que está inserida: “a deficiência é uma construção social e historicamente constituída na cultura” (ABREU; PAOLI; MIRANDA; LIMA, 2022, p. 137). A perspectiva Histórico-Cultural de Vigotski em muito se aproxima do Modelo Social, uma vez que ambos colocavam enfoque nas relações sociais ao estudar deficiência. O Modelo Social surge como uma crítica ao Modelo Médico, o qual “rotulava” as pessoas com deficiência por suas condições biológicas, ao propor que as barreiras sociopolíticas impostas a esses indivíduos são as verdadeiras causas por trás de suas ditas “incapacidades” (PINTO, 2015).

O Design Universal problematiza a adaptação como uma forma de exclusão, ao colocar que produtos, ambientes, programas, serviços e recursos e métodos didáticos podem já ser concebidos de forma a atender a todos (GURIDI; DARIM; CRITELLI, 2020). Criar coisas que necessitam de adaptação é uma maneira de segregar, pois elas não foram pensadas, desde o início, como algo feito para atender à diversidade. Dentro desta concepção, nasce a Didática Multissensorial, “que parte do princípio de que é possível a apropriação do conhecimento por parte de todo e qualquer estudante” (GURIDI; DARIM; CRITELLI, 2020, p. 175) ao considerar recursos didáticos que possam ser percebidos por todos os sentidos.

Diante desses pressupostos: a teoria Histórico-Cultural, o Modelo Social, o Design Universal e a Didática Multissensorial, tem-se embasamento suficiente para analisar os resumos publicados no ENEQ, de 2008 a 2020, de forma crítica e reflexiva. Os trabalhos mapeados estão sendo investigados para responder a seguinte pergunta: “de que maneiras a inclusão está sendo tratada nas produções acadêmicas da área de Ensino em Química?”.

2. METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa foram mapeados e analisados trabalhos publicados nos anais do ENEQ, um evento acadêmico. Tais etapas e fonte de dados são características que configuram uma pesquisa documental (GIL, 2002) do tipo do Estado da Arte.

Entrando no site do ENEQ e acessando a aba dos anais, de 2008 à 2020, recorte motivado pela data de promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), buscou-se por seções relacionadas à Educação Especial e Inclusiva. Quando não existia tal seção, os trabalhos eram procurados por meio da ferramenta “CTRL-F”, utilizando as seguintes palavras: “especial”, “inclusiva”, “surdos” e “deficiência”. Ao todo, 185 trabalhos foram mapeados.



A seguir, passou-se para a fase de fichamento, a qual ainda está em andamento, totalizando 16 trabalhos fichados. 8 trabalhos são de 2008, configurando 100% das produções deste ano, e 8 trabalhos são de 2020, representando 33,33% dos resumos da época. De 2008 para 2020, portanto, pretende-se investigar como as concepções de deficiência mudaram.

Por último, os trabalhos foram agrupados em quadros e analisados de acordo com seus grupos.

3. RESULTADOS PARCIAIS

Após o mapeamento dos trabalhos e alguns fichamentos, vê-se que há poucos trabalhos que tratam de Deficiência Intelectual (DI), Transtornos do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). Quando vão tratar uma deficiência específica ou alguma questão que engloba o PAEE, a maioria das pesquisas foca em deficiências sensoriais: totalizando 9 dos 16 trabalhos fichados de 2008 e 2020. Uma hipótese que pode ser levantada para entender esse fato é que questões neuro-atípicas demandam que haja uma total mudança nas estruturas de ensino e aprendizagem.

Pessoas com DI e TEA ainda “sofrem com o papel determinante do diagnóstico” (ABREU; PAOLI; MIRANDA; LIMA, 2022, p. 143), onde o “laudo” serve como explicação para as dificuldades de tais alunos. Nota-se, inclusive, foco nas dificuldades e desconsideração das potencialidades dessas pessoas. Elas são alvo de práticas integracionistas, isto é, são apenas inseridas na sala de aula regular, contudo, privadas da aprendizagem significativa, uma vez que não ocorre mudança alguma nas estruturas educacionais vigentes (ABREU; PAOLI; MIRANDA; LIMA, 2022).

Com relação aos trabalhos que contaram com a participação de estudantes do PAEE, tem-se os seguintes resultados: em 2008, dos 4 trabalhos que foram desenvolvidos com alunos, 3 foram realizados em ambiente segregado e apenas 1 em ambiente inclusivo; já em 2020, há uma maior heterogeneidade de espaços, com 1 ambiente inclusivo, 1 ambiente segregado e integrado e apenas 1 ambiente segregado, sendo que em um dos trabalhos não foi possível identificar o tipo de local educacional.

Nos trabalhos realizados em ambiente segregado prevalece a lógica de adaptação, a qual pode ser questionada como uma forma de exclusão levando em conta o Design Universal (GURIDI; DARIM; CRITELLI, 2020), além de ideias e termos como “deficientes” e “portadores de deficiência”, que se aproximam do Modelo Médico e se distanciam da perspectiva Histórico-Cultural. As pesquisas feitas em ambiente inclusivo evidenciaram, direta ou indiretamente, os impactos positivos do Design Universal.

Em 2020, a partir dos resumos fichados, percebe-se que há mais trabalhos que citam com maior base teórica a importância da inclusão, inclusive recorrendo diretamente à concepção Histórico-Cultural em alguns casos.

Pode-se concluir, com base em tudo que foi analisado, que as publicações de 2008, embora muito construtivas e bem elaboradas, usavam, diversas vezes, termos que performam preconceito. Além disso, como pôde ser visto nos trabalhos realizados com estudantes, há visões que se aproximam, mesmo que pouco, do Modelo Médico, com presença de paradigmas assistencialistas, como aponta o trecho: “A discente ingressante em 2008 ao curso de Licenciatura em Química da UFAC tem 28 anos e uma aparência frágil que não condiz com a sua determinação” (REGIANI; SARTORI; MORAIS; MOL, 2008, p. 1, grifo nosso). É evidente o uso do adjetivo “frágil” em uma lógica de assistencialismo, onde a autonomia da pessoa com deficiência é até mesmo vista com surpresa, uma vez que ela costuma ser negada (ABREU; PAOLI; MIRANDA; LIMA,



2022). Outro trecho, da mesma publicação, que aponta o mesmo paradigma: “Interessante apontar para o fato de muitos colegas se prontificarem de imediato a fazer parte de seu grupo de práticas, evidenciando a solidariedade que está sendo construída” (REGIANI; SARTORI; MORAIS; MOL, 2008, p. 1, grifo nosso). Afinal, seria necessário solidariedade se a autonomia das pessoas com deficiência fosse incentivada e permitida? Não é certo depender de solidariedade, deve-se investir em políticas públicas que permitam que as pessoas com deficiência usufruam, de forma autônoma, dos bens socialmente construídos (ABREU; PAOLI; MIRANDA; LIMA, 2022).

Avançando para 2020, é visto que termos como “deficiente” e “portador de deficiência” não aparecem nenhuma vez nos trabalhos fichados e alguns trechos comprovam, aliás, uma maior aproximação do Modelo Social e das teorias de Vigotski e do Design Universal, como:

Além da importância da formação dos professores, notamos o quanto é indispensável o uso de materiais didáticos para auxiliar os alunos na compreensão dos conteúdos estudados em sala. E esses materiais devem ser adaptados de maneira que sejam utilizados por alunos com e sem deficiência, para que de fato a inclusão seja feita. (SILVA T.; SILVA W.; SANTANA; MÓL, 2020, p. 9, grifo nosso)

Logo, as questões que podem ser problematizadas nos trabalhos de 2020 são muito mais pontuais e raras se comparadas à 2008, o que demonstra que, de modo geral, houve um grande salto qualitativo nas abordagens sobre deficiência entre os dois anos.

REFERÊNCIAS

ABREU, F. S. D.; PAOLI, J; MIRANDA, M. A. B. A; LIMA, M. S. M. **Diversidade e Inclusão – O que a Teoria Histórico-Cultural tem a contribuir?**. Curitiba: CRV, 2022

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** (4^a ed). São Paulo: Editora Atlas, 2002

GURIDI, V. M; DARIM, L. P; & CRITELLI, B. Reflexões acerca da didática multissensorial aplicada ao ensino de ciências para pessoas com deficiência. **Revista De Enseñanza De La Física**, Córdoba, v. 32, n. extra, p. 171–180, 2020.

PINTO, P. C. Modelos de abordagem à deficiência: que implicações para as políticas públicas?. **Public Sciences & Policies**, v. 1, n. 1, p. 174–200, 2015.

REGIANI, A. M; SARTORI, R. A; MORAIS, L. C; MOL, G. S. Perspectivas para o ensino de química a deficientes visuais em nível superior. *In*: XIX ENCONTRO NACIONAL DO ENSINO DE QUÍMICA, 2008, Curitiba, **Anais** [...]. Curitiba: UFPR, 2008.

SILVA, T. S; SILVA, W. P; SANTANA, R. O; Mól, G. S. A inclusão no Ensino de Química: uma análise das publicações da Sociedade Brasileira de Química. *In*: XX ENCONTRO NACIONAL DO ENSINO DE QUÍMICA, 2020, Recife, **Anais** [...]. Recife: UFRPE, 2020.